



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2025

CREDENCIAMENTO Nº 008/2025

O Município de Dona Euzébia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro, nº 340, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.706.656/0001-27, por determinação do Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **ADEILTON PASCOALINE MAGALHÃES**, torna público que se acha aberta nesta unidade licitação na modalidade de **CREDENCIAMENTO**, na forma **ELETRÔNICA**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando o *credenciamento de interessados para prestar serviços de oficineiros nas áreas socioeducativas e culturais no âmbito do CRAS, bem como nas áreas cultural e esportiva do município de Dona Euzébia-MG*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência que acompanha o presente edital. Regem a presente licitação, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:
Recebimento das Propostas de Credenciamento e Documentos de Habilitação: **das 09:00h do dia 09 de maio de 2025 às 09:00h do dia 23 de maio de 2025.**

Início da Sessão de Credenciamento e Análise Documental: **às 09:01h do dia 23 de maio de 2025**, por meio de encaminhamento das propostas e documentações eletronicamente para o email **licitacao.donauezebia@gmail.com**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas físicas e jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto, observadas as condições constantes do edital.

O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Secretaria de Licitações sede na Cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro, nº 340, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de: **08:00h às 11:00h e 12:30h às 16:00 horas**, ou pelo endereço eletrônico: **<http://donauezebia.mg.gov.br/donauezebia/>**. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail: **licitacao.donauezebia@gmail.com**, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A Prefeitura Municipal não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone: **(32) 3453-1714**.

Prefeitura Municipal de Dona Euzébia, 08 de maio de 2025.


Rodolfo Corrêia de Castro
Presidente da CCM



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2025

CREDENCIAMENTO Nº 008/2025

Torna-se público que o **Município de Dona Euzébia**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro, nº 340, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.706.656/0001-27, por determinação do Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **ADEILTON PASCOALINE MAGALHÃES**, realizará licitação, na modalidade **CREDENCIAMENTO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos do artigo 79 inciso I da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados para prestar serviços de oficinas nas áreas socioeducativas e culturais no âmbito do CRAS, bem como nas áreas cultural e esportiva do município de Dona Euzébia-MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência que acompanha o presente edital.
- 1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 79º, inciso I, da Nova Lei 14.133, de 2021. - paralela e não excludente - caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
- 1.3. O presente Credenciamento objetiva-se ainda ao cumprimento da Lei Municipal nº 1.064 de 27 de julho de 2022, Programa "Expressões Artísticas" com o objetivo de fomentar e incentivar a cultura local e as atividades artísticas no Município.
- 1.4. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.
- 1.5. As oficinas abaixo descritas são de acesso gratuito aos munícipes de Dona Euzébia, e serão desenvolvidas nos locais que serão determinados pelos diretorias solicitantes.
- 1.6. Serão admitidos a participar do presente credenciamento os profissionais com proficiência nas atividades solicitadas.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DAS OFICINAS

- 2.1 As oficinas deverão ser organizadas de acordo com a estruturação de, **no mínimo**, 01 (uma) hora-aula, com frequência de horas semanais estipulados por oficina obedecendo a carga horária

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

mensal que segue no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

2.1 Os dias e os horários das atividades estão definidos em planilha de horários para cada oficina, estabelecida pela Secretária de Assistência Social, pela Secretária de Cultura, Turismo e Igualdade Racial e pela Secretaria de Esportes, conforme **Estudo Técnico Preliminar em ANEXO II**.

2.2 Os dias e horários poderão ser alterados pela Administração Pública após a contratação dos
oficineiros, conforme a disponibilidade e necessidade de cada Secretaria.

2.3 Os oficineiros deverão ter turmas, de acordo com a modalidade, dentro dos limites de carga horária contidos no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

2.4 O Município se resguarda no direito de suspensão da continuidade dos projetos a qualquer tempo, levando em consideração a falta de inscritos frequentes, assim como a ausência dos profissões nos dias estabelecidos pelas Secretarias.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1. A participação no presente se dará mediante encaminhamento de propostas para o e-mail: licitação.donaueuzébia@gmail.com à esta Comissão de Contratação.

3.2. Os interessados poderão se inscrever em uma ou mais áreas de interesse, o que determinará o cumprimento da apresentação dos documentos comprobatórios da área requerida em quantidades iguais ou inferiores do termo de referência.

3.3. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão participar do credenciamento:



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta; e,
- 3.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
- 3.6.5. O impedimento de que trata o item 3.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Poderão participar do presente chamamento os profissionais que comprovem atuação e experiência técnica a ser desenvolvida junto ao grupo contemplado, e que pretendam democratizar suas atividades e conhecimentos, com o fomento da Administração Municipal.
- 4.2 Somente serão admitidos a integrar o cadastramento os profissionais que comprovem, no mínimo, 01 (um) ano de experiência na área relativa à oficina proposta.
- 4.3 A realização do processo seletivo será feita pela Comissão Especial de Avaliação, designada especialmente para este Credenciamento, através da Portaria nº 024/2025, de 25 de abril de 2025.
- 4.4 Serão admitidos a participar da seleção todos os interessados das áreas que apresentarem perfis compatíveis com os objetivos e natureza da oficina, e que manifestem interesse em fazê-lo, nos termos deste Edital.
- 4.5 Não poderão se inscrever servidores pertencentes ao quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Dona Euzébia.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

5. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

5.1. Os interessados deverão encaminhar sua intenção de credenciamento exclusivamente por meio eletrônico e-mail licitação.donauezébia@gmail.com, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para o fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

5.1.1. *Apresentação da metodologia de acordo os documentos elencados com o item 7 do Termo de Referência, onde serão avaliados pela Comissão de seleção e classificação, obedecendo os critérios de pontuações apresentados no item 9 do Termo de Referência*

5.1.2. *Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para a prestação dos serviços de acordo com termo de referencia.*

5.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

5.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

5.5.1. *está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;*

5.5.2. *não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo*

Piquera



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

7º, XXXIII, da Constituição;

5.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5.7. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme ANEXO III do edital.

6.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, deverão ser encaminhadas eletronicamente para o e-mail licitação.donaeuzébia@gmail.com.

6.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de

[Handwritten signature: J. Piquero]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, resguardando à contratante no direito de solicitar os originais em caso de dúvidas.

6.6 O órgão credenciante terá o prazo de 10 (dez.) dias para analisar a documentação apresentada pelo interessado. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.7 O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

6.8 A habilitação será verificada por meio eletrônico para o e-mail licitação.donauezébia@gmail.com, em relação aos documentos por ele abrangidos.

6.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.10 É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais encaminhados eletronicamente para o e-mail licitação.donauezébia@gmail.com, assim como mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.11 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.12 A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.13 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados, poderão ser enviados por meio eletrônico, mediante solicitação da comissão, até a conclusão da fase de habilitação.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

6.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado;

6.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

6.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

6.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

7. DOS RECURSOS

7.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, de acordo com o inciso I, do 165 da Lei 14.133/2021.

7.2 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

7.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.2.2. o licitante poderá indicar o interesse em interpor recurso, durante a fase de julgamento e após a fase de habilitação;

7.2.3. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

7.2.4. A manifestação da intenção de recorrer fora do prazo, não será conhecida.

7.3 O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado assim que o Pregoeiro avançar o processo para a fase de Recebimento de Recursos;

7.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado após a fase de lances.

7.5 Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio da plataforma

Figueras
[Assinatura]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

“LICITAR DIGITAL”.

7.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.8 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados a partir do início da Fase de Recebimento de contrarrazões, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site da <https://donaeuzebia.mg.gov.br/>, assim como pelo email licitação.donaeuzébia@gmail.com.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

8.1.2. O participante que possuir múltiplos CNPJs, direta ou indiretamente vinculados, com o intuito de participar do credenciamento poderá ser desclassificado, considerando que tal prática compromete a lisura e a competitividade do processo, em afronta aos princípios da legalidade, isonomia e transparência.

8.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.

8.1.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

8.1.5. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

falsa durante o credenciamento;

8.1.7. fraudar o credenciamento;

8.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

8.1.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa;

8.2.3. impedimento de licitar e contratar e

8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

[Handwritten signature: Spiqueira]
[Handwritten initials: CTT]
[Handwritten initials: VPM]
[Handwritten mark: @]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 8.1.3 e 8.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

8.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado na Site Oficial do Município no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados diretamente forma eletrônica, através de campo específico da Site Oficial do Município em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro/a, nos autos do processo de licitação.

9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

10.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado Diário Oficial Eletrônico de Dona Euzébia e estará permanentemente disponível e atualizado no sítio eletrônico oficial do Município.

10.2. Realizado o processo de avaliação e credenciamento dos interessados, e divulgada a lista de classificação, será realizada a convocação dos credenciados de acordo com as demandas apresentadas pelos Secretários.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

11.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 05 (cinco) dias.

11.4. O prazo de que trata o item 10.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

11.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicafe para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

11.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 106 da Lei Federal 14.133/2024

11.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

12. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

12.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

12.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

12.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

12.4.1. pedido formalizado pelo credenciado;



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

12.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

12.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

12.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

12.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 12.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

12.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 12.4.2 e 12.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

12.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

12.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

13.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias e estão previstas dentro do Plano Anual de Contratações 2025:

Nº 02.07.01.08.122.009.2.0047-3.3.90.36 (Secretaria Municipal de Assistência Social – Outros serviços de terceiros pessoa física)

Nº 02.07.01.08.122.009.2.0047-3.3.90.39 (Secretaria Municipal de Assistência Social – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica)

Nº 02.04.01.13.122.005.2.0074-3.3.90.36 (Secretaria de Cultura e Turismo - Outros serviços de terceiros pessoa física)

Nº 02.04.01.13.122.005.2.0074-3.3.90.39 (Secretaria de Cultura e Turismo - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica)

Nº 02.04.01.27.812.006.2.0031-3.3.90.36 (Desenv das Atividades do Desporto Amador - Outros serviços de terceiros pessoa física)

[Handwritten signatures and initials]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

Nº 02.04.01.27.812.006.2.0031-3.3.90.39 (Desenv das Atividades do Desporto Amador - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica)

14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

14.1. O presente edital terá prazo de vigência de 06 (seis) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico oficial da prefeitura <https://donauezebia.mg.gov.br/>.

15.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.5.1. ANEXO I - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar

15.5.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

15.5.3. ANEXO III - Documentação para habilitação

15.5.4. ANEXO IV- Valores

Dona Euzébia, 08 de maio de 2025.

Adeilton Pascoale Magalhães
Representante da Cultura

Raquel dos Santos Singulane
Raquel dos Santos Singulane

[Handwritten signature: Figueira]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

Coordenadora da Cultura

Vania Ap. Toledo Ribeiro
Secretária Municipal de Assistência Social

Tullio L. N. Siqueira
Coordenador do CRAS

Camilo Teixeira Filho
Secretário de Esportes e Lazer



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as diretrizes, especificações técnicas e condições necessárias para a contratação, por meio de credenciamento, de profissionais para prestação de serviços como oficineiros, que atuarão junto às Secretarias Municipais de Assistência Social, Cultura e Esporte do Município de Dona Euzébia -MG.

A contratação tem como objetivo atender às demandas dos programas, projetos e ações desenvolvidos por estas secretarias, promovendo atividades de caráter socioeducativo, cultural, esportivo, formativo e de convivência, voltadas a diferentes públicos, em especial indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social.

A presente iniciativa está em conformidade com os princípios e normas que regem a Administração Pública, respeitando os preceitos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, visando à ampliação da oferta de serviços públicos que promovam o bem-estar social, a inclusão, o acesso à cultura e à prática esportiva como instrumentos de cidadania e desenvolvimento humano.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 DO OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS: O presente processo de chamamento tem por objetivo a contratação de profissionais das áreas de interesse mencionadas no item 1.3 e subitens

1.2 As oficinas abaixo descritas são de acesso gratuito à população e terão lugar em prédios municipais indicados e disponibilizados pelas Secretarias de Assistência Social, Cultura e Turismo e Esporte e Lazer.

1.3 Serão admitidos a participar desse processo, os profissionais das seguintes áreas:

SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E IGUALDADE RACIAL

1.3.1. OFICINEIRO DE CIRCO

1.3.1.1 Objetivo Geral:

a) Dessa forma, a **Oficina de Circo** tem como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento integral dos participantes, por meio da aprendizagem das técnicas circenses e do fortalecimento de aspectos como a criatividade, a colaboração, a autoestima e a inclusão social.

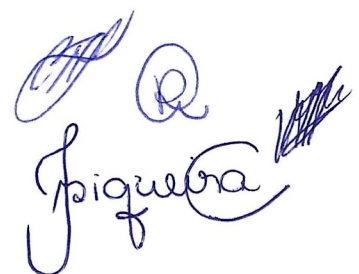


Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

1.3.1.2 Objetivo Específico:

- a) Desenvolver Habilidades Motoras e Coordenação: Ensinar os participantes a aprimorarem a coordenação motora por meio de atividades como malabares, acrobacias e outros exercícios que exigem equilíbrio, agilidade e controle corporal.
- b) Aprender Técnicas Circenses Básicas e Avançadas: Capacitar os participantes no aprendizado e domínio de diferentes técnicas circenses, como a arte do equilíbrio (em monociclo, corda bamba), malabares (bolas, claves), acrobacias de solo, além de exercícios relacionados ao trapézio ou outros aparelhos.
- c) Estimular a Criatividade e Improvisação: Promover o desenvolvimento da criatividade dos participantes ao incentivá-los a improvisar movimentos, coreografias e situações circenses, permitindo que se expressem artisticamente de maneira única e pessoal.
- d) Desenvolver a Autodisciplina e Resiliência: Ensinar os participantes a enfrentarem desafios com persistência, disciplina e foco, características fundamentais para o aprendizado contínuo de qualquer habilidade circense, que exige paciência e dedicação.
- e) Aprimorar a Capacidade de Trabalhar em Grupo: Incentivar os participantes a desenvolverem habilidades de colaboração e cooperação durante as atividades em grupo, como acrobacias em duplas ou pequenas apresentações circenses. O trabalho em equipe no circo ajuda a fortalecer a capacidade de comunicação e confiança mútua.
- f) Compreender os Conceitos Básicos de Segurança nas Atividades Circenses: Ensinar os participantes sobre a importância de realizar os exercícios de forma segura, respeitando os limites do corpo e utilizando os equipamentos de proteção adequados durante as atividades mais desafiadoras.
- g) Estimular a Expressão Corporal e Comunicação Não Verbal: Capacitar os participantes a se comunicarem por meio de gestos, expressões faciais e movimentos corporais, uma vez que o circo é uma forma de arte altamente visual e muitas vezes envolve a expressão de emoções sem palavras.
- h) Preparar os Participantes para Apresentações e Performances Circenses: Treinar os participantes para que possam executar o que aprenderam em uma apresentação pública, o que envolve preparação física, emocional e artística. Esse processo também contribui para o desenvolvimento da autoconfiança e do trabalho em equipe.

Carga horária: 30 horas/mensal - Valor por aula - R\$ 50,60


J. Figueira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

1.3.2. OFICINEIRO DE INSTRUMENTOS DE SOPRO E FANFARRA

1.3.2.1 Objetivo Geral:

- a) O presente projeto tem como objetivo geral oferecer formação musical por meio da prática de instrumentos de sopro e fanfarra, promovendo o desenvolvimento artístico, social e cultural dos participantes. Busca-se, assim, contribuir para a inclusão social, o fortalecimento da identidade comunitária e a valorização da cultura musical, por meio do ensino técnico e da vivência coletiva, incentivando a expressão artística, a criatividade, a disciplina e o senso de pertencimento.

1.3.2.2 Objetivos Específicos:

- a) Proporcionar formação técnica em instrumentos de sopro.
b) Resgatar e valorizar tradições culturais ligadas às fanfarras.
c) Estimular a integração social por meio de atividades coletivas e apresentações públicas.
d) Desenvolver habilidades socioemocionais, como trabalho em equipe, disciplina e perseverança.
e) Criar oportunidades de formação e inserção profissional na área musical e educacional.

Carga horária: 30 horas/mensal - Valor por aula - R\$ 50,60

1.3.3. OFICINEIRO DE CAPOEIRA

1.3.3.1 Objetivo Geral

- a) O presente projeto tem como objetivo geral promover a capoeira como instrumento de desenvolvimento físico, social e cultural, valorizando-a não apenas como uma prática corporal, mas também como uma manifestação de resistência, identidade e pertencimento. Por meio das aulas, busca-se estimular a interação harmoniosa entre os participantes, fomentando o espírito de cooperação, a valorização da diversidade, o fortalecimento dos vínculos comunitários e o reconhecimento da capoeira enquanto expressão legítima da cultura popular e da memória histórica de grupos tradicionalmente marginalizados.

1.3.3.2 Objetivos Específicos

- a) Proporcionar aos participantes o aprendizado da capoeira em seu aspecto técnico e

[Assinatura manuscrita]
J. Piquiera



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

recreativo, respeitando os princípios e fundamentos da modalidade;

- b) Desenvolver a concentração, a coordenação motora e o equilíbrio psíquico-motor dos praticantes;
- c) Estimular o interesse pela prática regular de atividades físicas, contribuindo para a promoção da saúde e do bem-estar;
- d) Promover a socialização e a integração entre os participantes, fortalecendo os vínculos de grupo e o respeito mútuo;
- e) Incentivar o desenvolvimento de valores como liderança, solidariedade, responsabilidade e cidadania;
- f) Estimular o vínculo com o ambiente escolar e com a convivência familiar, contribuindo para a formação integral dos participantes;
- g) Trabalhar o conceito de competição saudável, valorizando o aprendizado, o respeito e a superação pessoal.

Carga horária: 30 horas/mensal - Valor por aula - R\$ 50,60

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

1.3.4. OFICINEIRO DE JIU-JITSU

1.3.4.1 Objetivo Geral

- a) A oficina de Jiu-Jitsu tem por objetivo geral proporcionar formação esportiva, educativa e social por meio da prática estruturada desta arte marcial, promovendo o desenvolvimento integral dos participantes nos aspectos físico, emocional e social. A partir do ensino técnico e da vivência dos princípios do Jiu-Jitsu, busca-se incentivar a disciplina, o autocontrole, o respeito mútuo e a superação de limites, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, ativos e cooperativos.
- b) Adicionalmente, a oficina visa fomentar hábitos de vida saudáveis, o interesse pela atividade física e o fortalecimento de valores éticos e sociais, atuando como instrumento de inclusão e de prevenção de situações de vulnerabilidade social, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens em contextos de risco.

1.3.4.2 Objetivo Específico

[Handwritten signature]
Figueira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- a) Proporcionar aos participantes a iniciação técnica e prática ao Jiu-Jitsu, respeitando seus fundamentos e princípios;
- b) Desenvolver a coordenação motora, a força muscular, a flexibilidade e a resistência física;
- c) Estimular valores como disciplina, respeito, responsabilidade, autocontrole e espírito esportivo; Contribuir para a inclusão social por meio de atividades que fortaleçam os vínculos comunitários e familiares;
- d) Prevenir situações de risco social, promovendo o uso positivo e produtivo do tempo livre;
- e) Incentivar a autoestima, a autoconfiança e a motivação pessoal por meio de conquistas individuais e coletivas;
- f) Promover a convivência harmoniosa entre os participantes, valorizando a diversidade social, cultural e individual.

Carga horária: 30 horas/mensal - Valor por aula - R\$ 50,60

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.3.5. OFICINEIRO DE ZUMBA

1.3.5.1 Objetivo Geral

- a) O oficinairo de Zumba tem como objetivo geral oferecer, por meio da dança e do movimento corporal ritmado, uma atividade física acessível e motivadora, que contribua para o bem-estar físico, emocional e social dos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social. A oficina busca proporcionar momentos de lazer, promoção da saúde, fortalecimento de vínculos e inclusão social, atuando como ferramenta complementar às políticas públicas de proteção e desenvolvimento social.

1.3.5.2 Objetivo Específico

- a) Proporcionar aos participantes uma vivência corporal ativa e prazerosa, estimulando a prática de exercícios físicos de forma lúdica e acessível;
- b) Contribuir para a melhoria da saúde física e mental, por meio da movimentação rítmica, da liberação de tensões e da elevação do ânimo;
- c) Estimular a autoestima, a valorização pessoal e a autoconfiança dos usuários dos serviços de assistência social;

[Assinatura]
Figueira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- d) Promover a socialização, a convivência comunitária e o fortalecimento de vínculos familiares e interpessoais;
- e) Atuar como estratégia de prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, através da ocupação saudável do tempo livre;
- f) Favorecer a inclusão de públicos diversos — especialmente mulheres, idosos, jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade — em atividades coletivas que promovam bem-estar e cidadania;
- g) Valorizar a cultura corporal e musical por meio da dança, incentivando a expressão individual e coletiva.

Carga horária: 30 horas/mensal - Valor por aula - R\$ 50,60

1.3.6. OFICINEIRO DE MÚSICA

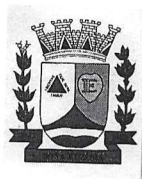
1.3.6.1 Objetivo Geral

- a) O oficinairo de música tem como objetivo geral proporcionar, por meio da educação musical, uma vivência artística, formativa e inclusiva, que promova o desenvolvimento pessoal, emocional e social dos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social. A oficina de música busca utilizar a linguagem musical como instrumento de expressão, fortalecimento de vínculos e promoção da cidadania, contribuindo para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos participantes.

1.3.6.2 Objetivos Específicos

- a) Oferecer iniciação musical e/ou aperfeiçoamento técnico, respeitando as potencialidades e os interesses dos participantes;
- b) Estimular a criatividade, a sensibilidade artística e a expressão pessoal por meio de práticas musicais individuais e coletivas;
- c) Promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais através da música;
- d) Contribuir para o fortalecimento da autoestima, da autoconfiança e do senso de pertencimento dos participantes;
- e) Incentivar a convivência comunitária e o trabalho em grupo, fortalecendo laços sociais e

[Handwritten signature in blue ink]
Piquena



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

familiares;

- f) Oferecer um espaço de escuta, acolhimento e valorização das histórias e identidades dos usuários, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade;
- g) Utilizar a música como ferramenta de prevenção e enfrentamento de situações de risco social, por meio da ocupação produtiva e significativa do tempo livre;
- h) Estimular o respeito à diversidade cultural e musical, promovendo a inclusão e a cidadania.

Carga horária: 30 horas/mensal - Valor por aula - R\$ 50,60

1.3.7. OFICINEIRO DE CORTE E COSTURA

1.3.7.1 Objetivo Geral:

- a) O projeto de corte e costura visa promover o desenvolvimento de habilidades manuais, a geração de renda e a autoestima, especialmente entre mulheres e jovens. Alinha-se ao art. 5º, inciso X da Resolução CNAS/MDS nº 182/2025, ao contribuir para o desenvolvimento de potencialidades que fortalecem a autonomia individual e coletiva. Além disso, a atividade é uma ferramenta de inclusão social e combate à vulnerabilidade econômica, conforme o art. 7º, inciso VII da mesma Resolução, que prevê a articulação intersetorial com políticas de geração de trabalho e renda.

1.3.7.2 Objetivo Específico:

- a) - Desenvolver atividades para o aprendizado básico, intermediário e avançado de corte e costura;
- b) - Promover a geração de renda através da confecção de peças;
- c) - Despertar o interesse por atividades manuais e criativas;
- d) - Promover a sociabilidade e integração entre os participantes;
- e) - Desenvolver o espírito de liderança, solidariedade e cidadania;
- f) - Estimular o empreendedorismo e a autonomia financeira;
- g) - Aprender a trabalhar em equipe, visando sempre o crescimento coletivo.

Carga horária: 30 horas/mensal - Valor por aula - R\$ 50,60

1.3.8. OFICINEIRO DE KARATÊ

[Handwritten signature]
Figueira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

1.3.8.1 Objetivo Geral:

- a) O projeto de karatê visa promover a disciplina, o autocontrole e a autoestima, especialmente entre crianças e adolescentes. Alinha-se ao art. 5º, inciso X, ao contribuir para o desenvolvimento de potencialidades que fortalecem a autonomia individual e coletiva. Além disso, o esporte é uma ferramenta de inclusão social e combate à violência, conforme o art. 7º, inciso VII, que prevê a articulação intersetorial com políticas de esporte e lazer.

1.3.8.2 Objetivo Específico:

- b) Desenvolver atividades para o aprendizado na iniciação do karatê de forma recreativa e técnica;
- c) Desenvolver a concentração e o equilíbrio psíquico-motor;
- d) Despertar o interesse pela atividade física;
- e) Promover a sociabilidade e integração;
- f) Desenvolver o espírito de liderança, solidariedade e cidadania;
- g) Estimular o interesse pela escola e convívio familiar;
- h) Aprender a competir, visando sempre a vitória.

Carga horária: 30 horas/mensal - Valor por aula - R\$ 50,60

1.3.8. OFICINEIRO DE BALLET

1.3.8.1 Objetivo Geral:

- a) Promover o desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes por meio da prática do balé, estimulando a disciplina, a expressão corporal, a criatividade e a autoestima, além de fortalecer vínculos comunitários e oferecer uma atividade cultural acessível que contribua para a inclusão e formação integral dos participantes.

1.3.8.2 Objetivo Específico:

- a) Ensinar os fundamentos básicos da técnica do balé clássico, como postura, alongamento e coordenação.
- b) Estimular a expressão corporal, musicalidade e criatividade dos participantes.
- c) Desenvolver a disciplina, o foco e a persistência por meio da prática regular.

Handwritten signature: J. A. Piquiera



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- d) Fortalecer a autoestima e a autoconfiança das crianças e adolescentes.
- e) Promover a inclusão social por meio do acesso à arte e à cultura.
- f) Estimular o convívio social e o respeito mútuo entre os participantes.
- g) Identificar e desenvolver talentos artísticos presentes no grupo.
- h) Oferecer uma alternativa saudável de ocupação do tempo livre.

1.4. A Metodologia, Forma de Realização das Aulas e os Requisitos para Seleção dos Interessados na Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE HORAS/ MENSAL	QUANTIDADE HORAS/ 6 MESES	VALOR UNITÁRIO HORA/AULA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (6 MESES)
1	OFICINA DE ZUMBA (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
2	OFICINA DE MÚSICA (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
3	OFICINA DE CORTE E COSTURA (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
5	OFICINA DE BALLET	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
4	OFICINA DE KARATÊ (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
5	OFINA DE CAPOEIRA (CULTURA)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
6	OFICINA DE CIRCO (CULTURA)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
7	OFICINA INSTRUMENTO DE SOPRO E FANFARA (CULTURA)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
8	OFICINA JIU-JITSU (ESPORTE)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 A vigência do presente contrato é de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses.

4.2. As oficinas serão desenvolvidas de acordo com a proposta do(a) contratado(a), e conforme as diretrizes definidas e acordadas nas atividades de planejamento pedagógico e os cronogramas previamente estabelecidos

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do presente edital de chamamento as pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos de idade e que apresentem documentação exigida neste edital e as pessoas jurídicas constituídas para o fim desejado.

5.2 Os interessados poderão se inscrever em até 3 (três) modalidades o que determinará o cumprimento da apresentação dos documentos comprobatórios para **cada uma** das modalidades requeridas. (Inscrição individual para cada modalidade).

5.3 Não poderão participar:

5.3.1 Servidores pertencentes aos quadros de funcionários da Prefeitura Municipal;

5.3.2 Pessoas que tenham vínculo de parentesco de primeiro grau, ascendentes, descendentes e colaterais com os agentes políticos (prefeito, vice-prefeito e vereadores) ou,

5.3.3 Membros da comissão de seleção.

6 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

6.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias e estão previstas dentro do Plano Anual de Contratações 2025:

[Handwritten signature: Spiguelira]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- Nº 02.07.01.08.122.009.2.0047-3.3.90.36 (Secretaria Municipal de Assistência Social – Outros serviços de terceiros pessoa física)
- Nº 02.07.01.08.122.009.2.0047-3.3.90.39 (Secretaria Municipal de Assistência Social – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica)
- Nº 02.04.01.13.122.005.2.0074-3.3.90.36 (Secretaria de Cultura e Turismo - Outros serviços de terceiros pessoa física)
- Nº 02.04.01.13.122.005.2.0074-3.3.90.39 (Secretaria de Cultura e Turismo - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica)
- Nº 02.04.01.27.812.006.2.0031-3.3.90.36 (Desenv das Atividades do Desporto Amador - Outros serviços de terceiros pessoa física)
- Nº 02.04.01.27.812.006.2.0031-3.3.90.39 (Desenv das Atividades do Desporto Amador - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica)

7 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 Executar fielmente o ajustado, prestando os serviços descritos deste Anexo, de acordo com proposta apresentada.

8 METODOLOGIA

- 8.1 Os profissionais interessados no credenciamento devem apresentar propostas e comprovar, através de documentos a experiência nas respectivas modalidades.
- 8.2 Entende-se como documentos comprobatórios todo e qualquer documento que demonstre a experiência exigida. Serão aceitos os seguintes documentos:
- 8.2.1 Currículo técnico e artístico detalhado e atualizado, contendo a formação e as respectivas experiências relacionadas a oficina pretendida, descritos no máximo em 3 páginas (formato A4 com tamanho de letra Arial 11 ou 12, com espaço 1,5 e margens padrões Word/MS). Podendo haver referências de sites, blogs, mídias sociais relativos às experiências.
- 8.2.2 Cópias dos diplomas e certificados
- 8.2.3 Cópias de folders (ou original) ou fotos relativas as experiências (últimos 5 anos) – máximo de 10 documentos.
- 8.2.4 Diploma ou certificado de conclusão em nível técnico;
- 8.2.5 Diploma ou certificado de conclusão de nível superior (graduação/ especialização) nas áreas

J. Piquet



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

de referência à(s) modalidade(s) pretendidas;

8.2.6 Certificados de cursos livres e/ou de extensão nas áreas de referência à(s) modalidade(s) pretendida(s);

8.2.7 Certificados, atestados ou declarações reconhecidas de participação em eventos de referência (oficinas, workshops, palestras, cursos de curta duração entre outras);

8.2.8 Atestado ou comprovante de experiência profissional como instrutor, monitor, oficinairos, apoio, facilitador entre outras nas áreas de referência;

8.2.9 Folders e/ou materiais promocionais de eventos realizados (até 5 anos) com a denominação do proponente nas áreas de referência.

8.2.10 Também poderão ser aceitas como documentação comprobatória artigos científicos publicados em revistas especializadas, publicações e entrevistas em revistas e meios de comunicação na mídia digital e impressa de referência.

8.3 Os cursos serão oferecidos para as diversas faixas etárias e proporciona a valorização do cidadão, a inclusão cultural, econômica, esportiva e social, de forma a incentivar a formação de novos talentos profissionais, pessoais e auxiliar em terapias de recuperação da saúde.

8.4 As oficinas acontecerão em prédios públicos, previamente indicados pelos Departamento de Cultura e Turismo e Departamento de Esportes, que fornecerá o material necessário para cada modalidade.

9. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 A avaliação, classificação e seleção das propostas serão de responsabilidade de uma Comissão específica e exclusiva para esse fim, a ser nomeada e designada por meio deste próprio edital a ser publicado no Diário Oficial do Município. A comissão de seleção e classificação será composta por membros representantes do poder público envolvidas neste edital. Também poderá fazer parte desta comissão funcionários comissionados e/ou técnicos contratados para apoio aos trabalhos. A Comissão é soberana quanto ao mérito das decisões. Fica facultada à Comissão convocar o proponente para demais esclarecimentos, entrevista pessoal e/ou demonstração prática de suas habilidades técnicas.

A comissão terá 10 dias corridos para efetuar as avaliações dos proponentes. Ficando a critério da mesma a solicitação de mais 3 dias para a conclusão dos trabalhos de avaliação, seleção e

J. Figueira

[Assinatura]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

classificação.

9.2 A comissão será composta pelos seguintes membros;

- 1- Renan Galvão de Sousa
- 2- Marta Cristina Coelho
- 3- Ana Carolina Lucio
- 4- Sabrina Ferreira Maio Borges

10. DA SELEÇÃO E DOS CRITÉRIOS

10.1 A Comissão de seleção avaliará e classificará as propostas de oficinas por modalidade. Serão utilizados os seguintes critérios para a seleção das oficinas/modalidades:

10.1.1 Clareza, qualidade e viabilidade técnica da proposta;

10.1.2 A Comprovação de conhecimento e experiência na(s) modalidade(s) escolhida(s) através da análise curricular e documentação comprobatória;

10.1.2 Interesse público de caráter sociocultural, educativo, esportivo e formativo;

10.2 Ao avaliar as propostas, a Comissão de seleção observará o conteúdo, de acordo com a pontuação abaixo:

10.2.1 PROPOSTA POR MODALIDADE

PONTUAÇÃO 30 pontos

10 pontos - **Clareza** – preenchimento adequado de todos os itens

10 pontos - **Qualidade da proposta** - coerência entre objetivos e metodologia proposta;

10 pontos - **Viabilidade técnica** – Apresentação das melhores condições para compor as atividades/oficinas propostas visando o sucesso da oficina/curso.

10.2.2 EXPERIÊNCIA TÉCNICA E ARTÍSTICA

Pontuação 55 pontos

20 pontos - Acima de 5 anos de experiência comprovada na(s) modalidade(s) inscrita(s)

15 pontos - Certificados, atestados ou declarações de participação de eventos nos últimos 5 anos;

05 pontos - Prêmios recebidos nas modalidades de referência

15 pontos - Matérias e/ou publicações em mídia digital e impressa

10.2.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Handwritten signature: Iguiera]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

Pontuação 15 pontos

10 pontos - Diploma ou certificado de conclusão em curso de graduação/especialização na área de referência/modalidade.

05 pontos - Diploma ou certificado de conclusão em curso técnico na área de referência/modalidade.

As notas serão somadas para se obter a nota final do proponente. A somatória das notas apresentadas no final não poderá ser inferior a 40 pontos. Caso isso ocorra o proponente será desclassificado do processo de seleção. Notas acima de 40 pontos serão automaticamente credenciadas e classificadas em ordem decrescente. (da maior nota para a menor nota). Na hipótese de ser necessária a contratação de um número superior de profissionais em razão de novas demandas os respectivos departamentos utilizarão a classificação em ordem decrescente deste processo para as convocações e atendimentos das respectivas demandas.

11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.2 Para efeitos de desempate, serão utilizados os seguintes critérios abaixo relacionados nesta ordem:

11.2.1 O candidato de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, observado o disposto no artigo 27, da LF 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), considerando para tal fim a data limite para a inscrição no presente edital.

11.2.2 Maior pontuação recebida no componente "Experiência Técnica e Artística"

11.2.3 Maior pontuação recebida no componente "Proposta"

11.2.4 Maior pontuação recebida no componente "Formação profissional"

O profissional interessado em participar do processo licitatório poderá ser pessoa física ou Jurídica.

9 DA CONTRATAÇÃO

11.2 Após a realização da análise e seleção das propostas, os representantes dos projetos selecionados serão contratados, como Pessoas Jurídicas, pela Prefeitura de Dona Euzébia e os Departamentos Municipal de Assistência Social, Turismo e Cultura e de Esportes e articulará junto ao responsável os ajustes de datas, locais, horários, logísticas e demais detalhes, sendo informados

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

sobre todos os procedimentos necessários.

11.3 As contratações serão de responsabilidade do departamento requisitante realizadas nos termos das normas estabelecidas por esse Edital.

11.4 Os selecionados integrarão um banco de dados, a partir do qual os departamentos responsáveis se reservam o direito de contratar de acordo com as necessidades, demandas e verbas suplementares provenientes de recursos da própria Administração e externos, durante o exercício de 2025 e subsequentes.

10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.2 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado na Plataforma <https://ammlicita.org.br/> no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.4 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados diretamente forma eletrônica, através de campo específico da Plataforma <https://ammlicita.org.br/> em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.5 O acesso a Plataforma, para a consulta dos processos, solicitação de esclarecimentos e impugnação é gratuito para todos os usuários.

11.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.8 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11 DOS DESCREDECIMENTOS

11.2 Será descredenciado o profissional que:

14.1.1 Receber avaliações desfavoráveis por parte dos usuários e coordenadores dos serviços para o qual estará contratado.

14.1.2 Faltar injustificadamente mais que 02 (duas) vezes durante todo o período da contratação,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

interromper injustificadamente a atividade em andamento, atrasar constantemente.

14.1.3 Cobrar qualquer honorário dos alunos relativos aos trabalhos executados em vista do credenciamento.

14.1.4 Designar outra pessoa para executar o serviço contratado, seja no todo ou em parte.

14.1.5 Não cumprir integralmente o estabelecido neste Edital e no contrato de prestação de serviços.

14.2 Apresentar em qualquer fase do processo de credenciamento ou na vigência do contrato de prestação de serviços, documentos que contenham informações inverídicas.

15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

15.1 Na execução dos serviços, obriga-se o contratado a envidar todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

15.1 Executar os serviços especificados em plano de trabalho, de acordo com as determinações do **CONTRATANTE**.

15.2 Iniciar a prestação de serviços em, no máximo, **24 (vinte e quatro) horas**, após o recebimento da Ordem de Serviços.

15.3 Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os vícios, defeitos ou incorreções dos serviços de forma imediata após notificação por escrito.

15.4 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outros queforem devidos.

15.5 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito.

15.6 Respeitar o sistema de segurança do **CONTRATANTE** e fornecer todas as informações solicitadas por ele.

15.7 Acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.

15.8 Manter, durante a vigência do contrato, todas as qualificações exigidas no ato da contratação, apresentando, juntamente com a(s) Nota(s) Fiscal(is) as provas de regularidade perante o INSS, FGTS e Justiça do Trabalho.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

15.9 Manter padrões de comportamento condignos com sua atividade durante a prestação de serviços.

15.10 O **CONTRATADO** obriga-se a não ceder e/ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste contrato.

15.11 O **CONTRATADO** deverá obedecer rigorosamente à programação de serviços nos prazos estipulados.

16 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O contratante, durante a vigência do contrato, compromete-se a:

16.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações deste Instrumento.

16.2 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

16.3 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

16.4 Expedir Autorização de Fornecimento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data de início da execução dos serviços.

17 DAS PENALIDADES

17.2 A inexecução parcial ou total do contrato acarretará a aplicação, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, das seguintes penalidades:

17.3 – Advertência.

17.4 – Pela inexecução parcial: multa de 20% (vinte por cento) do valor da parcela não executada do contrato.

17.5 – Pela inexecução total: multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

17.6– Para cada falta injustificada: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal, além do desconto da hora-aula não trabalhada. O limite é de 02 (duas) faltas injustificadas durante todo o período da contratação sob pena de rescisão contratual por inexecução parcial e incidência na multa prevista no inciso II.

17.7 – As faltas justificadas, que não sejam por motivo de caso fortuito ou força maior (doença, morte em família, etc.), serão limitadas a 02 (duas) durante todo o período da contratação, sob

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

pena de rescisão contratual por inexecução parcial e incidência na multa prevista no inciso II.

17.8 As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na lei 14.133/2021, sendo que são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.

18 DOS RECURSOS

18.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.1.1 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, de acordo com o inciso I, do 165 da Lei 14.133/2021.

18.2 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

18.2.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

18.2.2 o licitante poderá indicar o interesse em interpor recurso, durante a fase de julgamento e após a fase de habilitação;

18.2.2.1 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos. **A manifestação da intenção de recorrer fora do prazo, não será conhecida.**

18.3 O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado assim que o Pregoeiro avançar o processo para a fase de Recebimento de Recursos;

18.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado após a fase de lances.

18.5 Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio do sistema na plataforma "https://ammlicita.org.br/".

18.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

18.8 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3

[Handwritten signature: Piquira]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

(três) dias úteis, contados a partir do início da Fase de Recebimento de contrarrazões, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site da Plataforma Licita Mais Brasil.

19.1 Serão convocados para assinar o TERMO DE CREDENCIAMENTO/ CONTRATO, respeitados a ordem de classificação do PROCEDIMENTO AUXILIAR, a (o)licitante vencedor (a) e os fornecedores que concordarem com as condições previstas no Edital.

19.2 A convocação será feita pelo Órgão Credenciador em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação, no Diário Oficial do Estado, do ato que homologou o procedimento AUXILIAR.

20 FORMA DE CONTRATAÇÃO

20.1 A contratação será feita por Credenciamento público.

21 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional e de acordo com as quantidades executadas. **Serão efetuados no prazo de até 30 dias após as notas fiscais serem conferidas e atestadas pelo responsável.**

21.2 Os documentos e notas fiscais apresentados em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência, na nota de empenho, no Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao Contratado, sendo o prazo para pagamento interrompido, até a devida regularização.

21.3 A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderando o prazo anteriormente decorrido durante a análise dos documentos e notas fiscais consideradas irregulares.

21.4 A Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pelo Contratado, no todo ou em parte, caso haja má execução dos trabalhos, ante ao descumprimento de obrigações inerentes aos serviços contratados, paralisação dos serviços por culpa do Contratado.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

22 VALIDADE DO CONTRATO

22.1 O prazo de validade do contrato do credenciamento público será de 12 (doze) meses, contando a partir da data da sua assinatura.

22.2 A prorrogação da validade do Contrato será admitida até que se alcance o prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei 14.133/2021, desde que os preços estejam vantajosos para a Administração Municipal.

22.3 As partes elegem o foro de Cataguases, Estado de Minas Gerais, para dirimir qualquer conflito ou litígio, conforme lei 14.133/21.

23 DO REAJUSTE

23.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da proposta apresentada.

23.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/AMPLO, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

23.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

23.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

23.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

[Handwritten signature: J. Piquiera]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

Adeilton Pascoaline Magalhães
Representante da Cultura

Raquel S. Singulane

Raquel dos Santos Singulane
Coordenadora da Cultura

[Signature]

Vania Ap. Toledo Ribeiro
Secretária Municipal de Assistência Social

Siqueira

Túlio L. N. Siqueira
Coordenador do CRAS

Camilo Teixeira Filho

Camilo Teixeira Filho
Secretário de Esportes e Lazer

[Signature]
Siqueira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade

As Secretarias Municipais de Assistência Social, Cultura e Esporte do município de Dona Euzébia identificam a necessidade de implementar, fortalecer e ampliar a oferta de atividades socioeducativas, culturais, esportivas e de lazer voltadas à população, especialmente aos públicos em situação de vulnerabilidade social atendidos por suas respectivas políticas públicas.

Nesse contexto, torna-se imprescindível o credenciamento de oficinairos qualificados para o desenvolvimento de oficinas temáticas em diversas áreas como: circo, aulas de instrumento de sopro e fanfarra, capoeira (secretaria de cultura, turismo e igualdade racial; jiu-jitsu (esporte); zumba, música, corte e costura, karatê (CRAS).

A contratação desses profissionais visa atender às diretrizes dos serviços, programas e projetos vinculados à Proteção Social Básica e Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como às políticas de incentivo à cultura e à prática esportiva, como instrumentos de cidadania e promoção da qualidade de vida.

A execução das oficinas permitirá a criação de espaços de convívio, expressão, formação, fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de habilidades e inclusão social, alinhando-se às demandas identificadas nos equipamentos públicos, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades culturais, núcleos esportivos, escolas e demais espaços comunitários.

Considerando a necessidade de uma atuação descentralizada, dinâmica e adaptável à realidade local, o modelo de **credenciamento de oficinairos** revela-se a alternativa mais eficiente, por possibilitar a seleção de profissionais especializados, com experiência comprovada, para atuação conforme a demanda, os públicos-alvo e a disponibilidade orçamentária do município.

Dessa forma, justifica-se a elaboração deste Termo de Referência como instrumento formal necessário à seleção e contratação dos oficinairos, garantindo **transparência, legalidade e eficiência administrativa**, ao mesmo tempo em que se assegura a continuidade e a qualidade dos serviços oferecidos à população de Dona Euzébia.

2. Área requisitante

Secretaria Municipal de Assistência Social: oficinairos de zumba, música, corte e costura, karatê;



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Igualdade Racial: **oficineiros de circo, aureliano (instrumento de sopro e fanfarra) e capoeira;**

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: **oficineiro de Jiu-jitsu.**

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade estabelecer os critérios para o **credenciamento e a posterior contratação deicineiros**, que atuarão no desenvolvimento de oficinas de caráter socioeducativo, cultural, esportivo e de lazer, conforme demanda das Secretarias Municipais de Assistência Social, Cultura e Esporte do Município de Dona Euzébia. A contratação será realizada por **tempo determinado e por prestação de serviço eventual**, de acordo com a necessidade dos programas e projetos das respectivas secretarias.

3.2 Para fins de credenciamento, os interessados deverão atender aos seguintes requisitos:

3.2.1. Formação e Qualificação Profissional

- Comprovação de experiência prática ou formação específica na área da oficina a ser ministrada (ex: música, dança, capoeira, jiu-jitsu, zumba, teatro, artesanato, esportes etc.);
- Apresentação de certificado de curso técnico, profissionalizante ou formação equivalente, quando aplicável;
- Experiência mínima de 06 (seis) meses na condução de oficinas ou atividades semelhantes, preferencialmente junto a grupos sociais em situação de vulnerabilidade;
- Habilidades e competências interpessoais para o trabalho com diferentes faixas etárias e públicos em situação de risco social.

3.2.2 Documentação Necessária

- Cópia do documento oficial de identidade com foto e CPF;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Currículo atualizado e assinado;
- Comprovantes de formação ou capacitação profissional na área de atuação proposta;
- Declaração de inexistência de impedimentos legais para contratação com o poder público;
- Certidões negativas de antecedentes criminais (estadual e federal);
- Comprovação de regularidade fiscal, quando aplicável (especialmente no caso de pessoa jurídica).

[Assinatura manuscrita]
Figueira



- Ser maior de 18 anos;
- Ter disponibilidade de horários compatíveis com os períodos e locais de realização das oficinas, conforme agendamento das secretarias demandantes;
- Demonstrar comprometimento, responsabilidade, assiduidade, pontualidade e respeito às normas institucionais;
- Ser capaz de planejar, executar e avaliar atividades com metodologia participativa, dinâmica e inclusiva, adequada ao público-alvo;
- Ter sensibilidade social para atuar em contextos de vulnerabilidade, respeitando a diversidade, os valores comunitários e a ética profissional.

A contratação será realizada **por meio de credenciamento**, com **pagamento por serviço efetivamente prestado**, conforme carga horária, cronograma e condições estabelecidas em contrato administrativo específico;

Não haverá vínculo empregatício entre o oficinheiro e o Município de Dona Euzébia, sendo a prestação de serviço de natureza **eventual, autônoma e sem subordinação direta;**

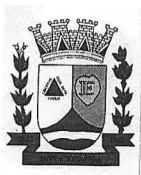
O oficineiro deverá emitir recibo de pagamento ou nota fiscal correspondente ao serviço prestado, conforme exigência da legislação vigente.

3.2.5.1. Disponibilidade de Horário:

Os oficinairos devem estar disponíveis para ministrar as oficinas nos horários estabelecidos pelas Secretarias Municipais de Assistência Social, Cultura e Esporte, respeitando os períodos mais adequados à demanda da comunidade.

Os oficineiros devem estar preparados para adaptar suas atividades conforme as condições das instalações disponíveis, seja em escolas, centros culturais, CRAS ou outros locais designados pelas Secretarias. Isso inclui a utilização eficiente dos recursos materiais disponíveis e a adaptação de conteúdos conforme as limitações do ambiente.

Figueras



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia

Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro

CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

Os oficineiros serão responsáveis pelo uso adequado dos materiais pedagógicos e culturais fornecidos para o desenvolvimento das atividades. Eventuais necessidades de materiais adicionais devem ser comunicadas previamente às Secretarias para viabilização de recursos.

4. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado através do contato com prestadores de serviço do ramo em nossa região.

5. Descrição da solução como um todo

A presente contratação tem por finalidade viabilizar o **credenciamento de oficineiros, pessoas físicas ou jurídicas, devidamente qualificadas, para a prestação de serviços especializados no desenvolvimento de oficinas de natureza educativa, cultural, esportiva, artística e social, em conformidade com as demandas específicas das Secretarias Municipais de Assistência Social, Cultura e Esporte do Município de Dona Euzébia/MG.**

O credenciamento tem como objetivo a formação de um cadastro de profissionais habilitados, que poderão ser convocados de forma eventual e conforme a necessidade da Administração Pública Municipal, observada a disponibilidade orçamentária, a conveniência administrativa e a programação dos projetos intersetoriais executados pelas Secretarias envolvidas.

As oficinas a serem ministradas deverão contemplar conteúdos técnicos e práticos, alinhados às diretrizes estabelecidas por cada Secretaria demandante, tendo como foco a promoção da inclusão social, o fortalecimento dos vínculos comunitários, a valorização da cultura local, a formação cidadã e a melhoria da qualidade de vida da população, em especial dos usuários da política pública de assistência social e das demais políticas públicas correlatas, com ênfase em crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

O modelo de credenciamento ora adotado justifica-se por sua flexibilidade administrativa, economicidade e pluralidade de oferta, garantindo à Administração Municipal a seleção de profissionais com formação, experiência ou notório saber na área de atuação proposta, mediante análise de documentação comprobatória e critérios técnicos estabelecidos no edital correspondente.

O vínculo estabelecido com os profissionais credenciados terá natureza jurídica autônoma, eventual e sem exclusividade, inexistindo vínculo empregatício com o Município de Dona Euzébia. A

[Assinatura manuscrita]
Spiguelira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

remuneração será efetuada por hora-aula ministrada ou por carga horária previamente acordada, conforme os valores e condições estipulados no respectivo instrumento contratual, observadas as normas legais e regulamentares vigentes.

As oficinas poderão ser executadas em espaços públicos disponibilizados pela Administração Pública Municipal, tais como Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidades escolares, centros esportivos, equipamentos culturais, praças públicas e demais locais de interesse público, em dias e horários previamente ajustados com a Administração.

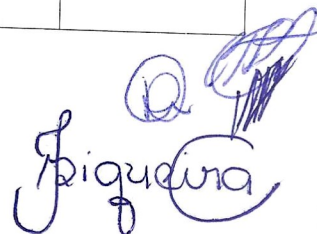
O conteúdo das atividades deverá ser planejado com base em metodologias participativas, acessíveis e inclusivas, respeitando-se as especificidades do público-alvo, bem como os princípios fundamentais da ética, diversidade, equidade, cidadania e respeito aos direitos humanos.

A adoção da presente solução encontra-se devidamente justificada pela necessidade de ampliar, qualificar e diversificar a oferta de ações socioeducativas, culturais e esportivas promovidas pelo Município, constituindo-se como estratégia complementar às políticas públicas locais, com vistas à promoção do desenvolvimento humano, da inclusão social e da proteção integral de indivíduos e comunidades em situação de vulnerabilidade.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

6.1. Os quantitativos foram estimados, levando em conta a possibilidade futura para novas participações em outros eventos municipais.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE HORAS/ MENSAL	QUANTIDADE HORAS/ 6 MESES	VALOR UNITÁRIO HORA/AULA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (6 MESES)
1	OFICINA DE ZUMBA (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
2	OFICINA DE MÚSICA (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
3	OFICINA DE CORTE E COSTURA (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00


J. Figueira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

4	OFICINA DE KARATÊ (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
5	OFICINA DE BALLET (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
5	OFICINA DE CAPOEIRA (CULTURA)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
6	OFICINA DE CIRCO (CULTURA)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
7	OFICINA AURELIANO (CULTURA)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
8	OFICINA JIU-JITSU (ESPORTE)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00

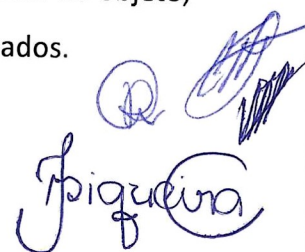
7. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

No presente estudo técnico, referente ao credenciamento de oficinairos para atuação em oficinas socioculturais, esportivas, educativas e de lazer, verificou-se a viabilidade e conveniência da não adoção do parcelamento da solução em termos contratuais.

A manutenção de um único processo de credenciamento, com subdivisões internas por área de atuação, facilita a gestão administrativa, a fiscalização e o controle dos contratos, reduzindo custos operacionais e agilizando a tramitação dos processos. O fracionamento formal em múltiplos contratos por modalidade poderia comprometer a celeridade da execução e gerar dificuldades de coordenação entre as Secretarias envolvidas.

O modelo de credenciamento, previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, é adequado a situações nas quais a Administração não contrata por exclusividade, mas sim por múltiplos prestadores habilitados, que podem ser convocados conforme a conveniência e a demanda. Esse formato já assegura ampla concorrência e isonomia entre os profissionais credenciados, sem a necessidade de fracionamento em etapas ou lotes distintos.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da contratação é desnecessário, uma vez que o credenciamento por especialidade já supre, de forma eficaz, a divisão técnica e funcional do objeto, garantindo economicidade, competitividade e amplo acesso aos profissionais interessados.


J. Piqueira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

8. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Serão realizados agendamentos prévios entre os credenciados e as Secretarias competentes para promover o planejamento e coordenação dos possíveis serviços assistenciais, culturais e esportivos que possam ser prestados ao Município.

10. Resultados Pretendidos

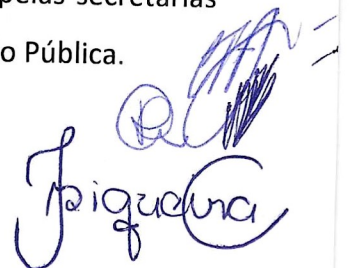
Com a presente iniciativa de credenciamento, visa-se à constituição de um banco deicineiros, pessoas físicas ou jurídicas, devidamente habilitadas, que estejam aptas a atender, com eficiência, qualidade e observância das normas aplicáveis, às demandas específicas das Secretarias Municipais de Assistência Social, Cultura e Esporte do Município de Dona Euzébia/MG.

A finalidade do credenciamento consiste em ampliar, diversificar e qualificar a oferta de oficinas de caráter socioeducativo, cultural, artístico e esportivo, promovendo a execução de atividades que contribuam, de forma efetiva, para o desenvolvimento integral dos beneficiários, com especial atenção aos públicos em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal.

O resultado almejado com esta medida é a implementação contínua, coordenada e intersetorial de ações que favoreçam a inclusão social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o acesso à cultura e ao esporte, a promoção da cidadania e o estímulo à participação ativa da população, em conformidade com os princípios e objetivos das políticas públicas municipais.

Pretende-se, ainda, valorizar os saberes e práticas locais, fomentar espaços de expressão, convivência e protagonismo social, além de incentivar a descoberta e o desenvolvimento de talentos, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural e do sentimento de pertencimento ao território.

A formalização deste credenciamento justifica-se, também, pela necessidade de garantir maior celeridade processual, segurança jurídica, economicidade e eficiência na prestação dos serviços públicos, assegurando a continuidade e a regularidade das atividades planejadas pelas secretarias envolvidas, observadas as diretrizes legais e os princípios que regem a Administração Pública.





Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

11. Providências a serem adotadas

Concluído o processo de credenciamento dosicineiros, a Administração Pública Municipal de Dona Euzébia deverá adotar as seguintes providências administrativas, operacionais e gerenciais, com o objetivo de garantir a execução adequada e eficiente dos serviços a serem prestados, em conformidade com o interesse público e os princípios que regem a Administração Pública:

As Secretarias competentes realizarão reuniões intersetoriais com osicineiros credenciados, visando definir o cronograma para execução das oficinas, de acordo com o interesse da Administração pública. Os locais a serem realizadas as aulas já estão previamente definidas, bem como o público-alvo.

A convocação dosicineiros ocorrerá de acordo com as necessidades identificadas pelos setores demandantes, observando critérios de alternância, adequação técnica, disponibilidade e planejamento das atividades previamente aprovadas.

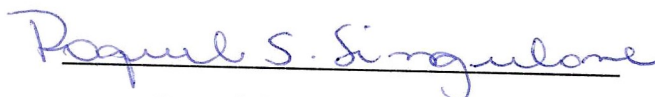
12. Declaração de Viabilidade

Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução se mostra viável tecnicamente e necessária.

Dona Euzébia, 10 de abril de 2025.

Adeilton Pascoaline Magalhães

Representante da Cultura



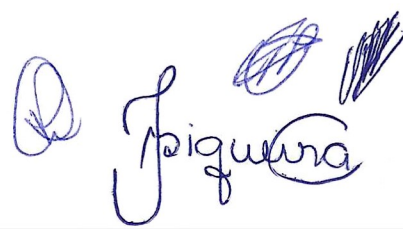
Raquel dos Santos Singulane

Coordenadora da Cultura




Vania Ap. Toledo Ribeiro

Secretária Municipal de Assistência Social





Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

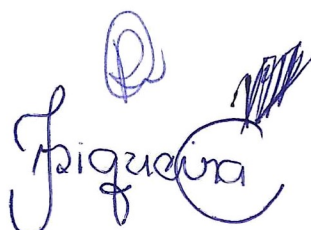

Túlio L. N. Siqueira

Coordenador do CRAS



Camilo Teixeira Filho

Secretário de Esportes e Lazer


Túlio L. N. Siqueira



ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2025

CREDENCIAMENTO Nº 008/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM A UNIÃO
ENTRE SI, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O **MUNICÍPIO DE DONA EUZÉBIA**, com sede na Av. Antônio Esteves Ribeiro, nº 340, nesta cidade Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 17.706.656/0001-27, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal Sr. **ADEILTON PASCOALINE MAGALHAES**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado,, brasileiro, portador do RG nº e CPF nº, estabelecido no endereço à Rua nº, na cidade de, Estado de Minas Gerais, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, celebram o presente Contrato, nos termos, conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA 1ª. DO OBJETO. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de *de oficineiros nas áreas socioeducativas e culturais no âmbito do CRAS, bem como nas áreas cultural e esportiva do município de Dona Euzébia-MG,*

1.1. Os termos e valores deste contrato estão estritamente vinculados à proposta ofertada que faz parte integrante deste documento.

1.2. Os serviços acima mencionados, que são de interesse do Município de Dona Euzébia/MG, deverão ser prestados por profissionais amplamente capacitados para tanto, ficando sob a responsabilidade do **CONTRATADO** todas e quaisquer despesas e obrigações decorrentes da prestação dos serviços, sejam remunerações, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e tributárias e outras englobando todo e qualquer encargo decorrente do compromisso objeto do presente contrato, excluída, assim, expressamente, toda e qualquer responsabilidade do **CONTRATANTE**.

1.3. O **CONTRATADO** se compromete a prestar seus serviços respeitando a **carga horária mensal de no máxima estipulado por modalidade em edital.**

Trigueira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

1.4. Os dias e os horários das atividades serão definidos no momento da contratação pelas Secretarias solicitantes: Assistência Social, Cultura e Turismo e Esportes.

1.5. Os oficineiros deverão ter turmas, de acordo com a modalidade, dentro dos limites de carga horária contidos no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, que fará parte integrante do contrato.

CLÁUSULA 2ª. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência do presente contrato é de no máximo 06(seis) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais seis meses.

2.2. Caso as partes tenham interesse na prorrogação do contrato, deverão manifestar-se, por escrito, com **05 (cinco) dias úteis de antecedência** do final do prazo de vigência.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

CLÁUSULA 3ª. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

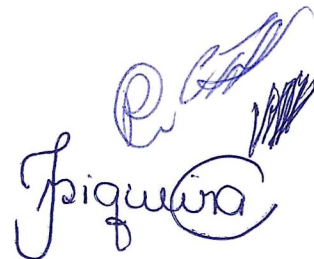
3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA 4ª – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA 5ª – DO PREÇO E DO PAGAMENTO.

5.1. O CONTRATADO se obriga a executar os serviços, objeto deste contrato, pelo preço certo e ajustado de R\$ (.....) por hora- aula, totalizando o valor de R\$ (), que serão pagos mensalmente em até 30 (trinta) dias após comprovação da execução dos serviços mediante a apresentação de relatórios e confirmação pela unidade responsável, bem como da nota fiscal ou documento correspondente, referentes aos serviços prestados abaixo:


J. Piquira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

Oficina	Valor hora/aula	Carga horária mensal	TOTAL MENSAL	TOTAL 06 MESES

5.2. O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente de titularidade do **CONTRATADO**.

5.3. **DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS.** Nas Notas Fiscais deverá constar: o número do Contrato e da Ordem de Serviço. A falta de tais informações acarretará na devolução da Nota Fiscal. O documento fiscal deverá ser expedido com a delimitação do setor responsável.

5.4. Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento expresso no *caput* desta cláusula fluirá a partir da data de sua reapresentação.

5.5 O **CONTRATADO** deverá manter, durante e vigência do presente Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação, apresentando, juntamente com a(s) Nota(s) Fiscal(is), as provas de regularidade de situação perante o INSS, FGTS e Justiça do Trabalho.

5.6. Do valor a ser pago serão realizadas as deduções legais, tais como ISSQN, IR, INSS, se for o caso, não sendo devido nenhum outro valor, a qualquer título.

5.7. Nenhum pagamento será efetuado ao **CONTRATADO** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, ou financeira municipal que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

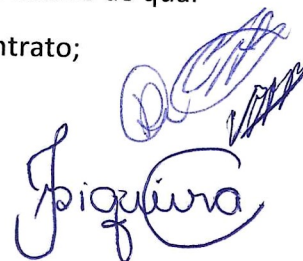
CLÁUSULA 6ª. REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

6.1 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

6.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.2.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.2.2 Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.


J. Piquira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- 6.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 6.17 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.
- 6.3 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 6.4 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)
- 6.5 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 6.6 Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)
- 6.7 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 6.18 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

6.8 Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

6.9 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.10 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.11 Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.12 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

6.13 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.14 Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- 6.15 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 6.16 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 6.17 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 6.18 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 6.19 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 6.20 O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 15 (dias), contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)
- 6.21 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 6.22 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 6.23 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.24 O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 6.25 A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 6.26 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA 7ª - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 7.1 São obrigações do Contratante:
- 7.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.8 Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
- 7.8.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 7.8.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 7.8.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 7.8.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 7.8.5 demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 7.8.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 7.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Piquiera



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

7.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10.1 A Administração terá o prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

7.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 8ª - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

[Assinatura manuscrita]
Figueira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- 8.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 8.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- 8.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
- 8.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 8.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 8.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o

[Handwritten signature: J. Piquiera]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.24 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

8.25 Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.26 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

8.27 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

8.28 Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

8.29 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

8.30 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

8.31 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

8.32 Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o

[Handwritten signature]
Piquira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

- 8.33 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 8.34 Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 8.35 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 8.36 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.37 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 8.38 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 8.39 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 8.40 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 8.41 Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 8.41.1 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

8.41.2 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

CLÁUSULA 9ª - - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de **05% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias;
 - (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

[Assinatura]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA 10ª - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.2.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.1.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.3 Indenizações e multas.

Figueira
[Assinatura]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- 10.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.5 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 10.6 O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 10.7 Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 10.8 Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:
- 10.8.1 a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e
- 10.8.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 10.9 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.10 O contratante poderá ainda:
- 10.10.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e
- 10.10.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.
- 10.11 O contrato poderá ser extinto:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

10.11.1

caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.11.2

caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA 11ª - ALTERAÇÕES

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA 12ª - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

Para pagamento da despesa decorrente deste contrato, será onerada das seguintes dotações orçamentárias exercício de 2025 e subsequentes:

Cultura, Turismo e Igualdade Racial:

Nº 02.04.01.13.122.005.2.0074-3.3.90.36 – Manutenção Secretaria de Cultura e Turismo – Outros serviços de terceiros pessoa física

Nº 02.04.01.13.122.005.2.0074-3.3.90.39 - Manutenção Secretaria de Cultura e Turismo – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

Assistência Social:

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

Nº 02.07.01.08.122.009.2.0047 – 3.3.90.36 – Secretaria Municipal de Assistência Social – Outros
Serviços de Terceiros Pessoa Física

Nº 02.07.01.08.122.009.2.0047 – 3.3.90.39 – Secretaria Municipal de Assistência Social – Outros
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Esporte e Lazer:

Nº 02.04.01.27.812.006.2.0031 – 3.3.90.36 – Desenv. Atividades do Desporto Amador - Outros
Serviços de Terceiros Pessoa Física

Nº 02.04.01.27.812.006.2.0031 – 3.3.90.39 – Desenv. Atividades do Desporto Amador - Outros
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

CLÁUSULA 13ª. DO LOCAL E DAS ESPECIFICAÇÕES.

13.1 Os serviços deverão ser realizados nos locais designados pelas Secretarias de Assistência Social, Cultura e Turismo, Esporte e Lazer.

13.2 Os dias e horários da realização das Oficinas deverão seguir o plano apresentado e em acordo com as Secretarias de Assistência Social, Cultura e Turismo, Esporte e Lazer.

CLÁUSULA 14ª - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

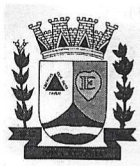
14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 15ª - PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA 16ª - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD - A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

[Handwritten signature: J. Piquero]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- 16.1 o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- 16.2 o tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- 16.3 em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do ÓRGÃO GERENCIADOR, responsabilizando-se a DETENTORA do instrumento contratual pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades;
- 16.4 eventualmente, podem as partes convencionar que o ÓRGÃO GERENCIADOR será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- 16.5 Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, as práticas adotadas e os sistemas utilizados para este fim devem seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, garantindo alinhamento com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
- 16.6 Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- 16.7 no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela DETENTORA DA ATA, para atender ao acima, esta garante que:
- 16.8 - a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

Isiquelina



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

- 16.9 o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;
- 16.10 sempre que necessário, orientará o ÓRGÃO GERENCIADOR durante o período de tratamento de dados pessoais, também em relação aos dados transferidos para país estrangeiro, para que ocorra em conformidade com a legislação sobre proteção de dados aplicável e com as cláusulas do contrato;
- 16.11 responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação do ÓRGÃO GERENCIADOR relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;
- 16.12 a pedido do CONTRATANTE, apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.
- 16.13 Não será admitida subcontratação dos serviços prestados.
- 16.14 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As Partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 ("LGPD").
- 16.15 Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito do CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.
- 16.16 A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;
- 16.17 A CONTRATADA deverá utilizar as medidas de segurança são adequadas para proteger os

Figueira  



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

dados pessoais contra a destruição accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

16.18 - Zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;

16.19 A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

16.20 A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados.

16.21 Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante ao Aviso de Privacidade e a Política de Segurança da Informação do Município da Estância Turística de Holambra, disponíveis no site institucional.

16.22 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo;

16.23 Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de Dados Pessoais da outra Parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

16.24 O Encarregado de dados (DPO) da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de dados (DPO) da CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que

Spiguelina



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento ou suspeita, devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

16.25 A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.26 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, na medida do determinado pela Lei e regulamento da proteção dos dados, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

16.27 Ainda que encerrada a vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas Partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

16.28 Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

16.29 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas

CLÁUSULA 17ª – FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da de Cataguases para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e

Figueira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.

Dona Euzébia, de..... de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

(Piquira)
[Handwritten signatures]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO III - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

- I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II - a regularidade perante a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;
- III - a regularidade relativa à Seguridade Social, mediante a apresentação da certidão de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- IV - a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST); e
- VI - a declaração conjunta assinada pela contratada, sob as penas da Lei, declarando que:
 - a) não se encontra impedida de contratar sob nenhuma das hipóteses previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
 - c) cumpre com o disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, bem como comunicará ao Município qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar a atual situação; e,
 - d) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratadas, conforme o caso.

A inscrição do interessado para o credenciamento mediante apresentação de requerimento de participação implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no edital.

O interessado que atender aos requisitos de habilitação previstos no edital será credenciado pelo órgão ou pela entidade credenciante, com a possibilidade de, no interesse da administração, ser convocado para executar o objeto.

Quando convocado para execução do objeto, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no edital de credenciamento para fins

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

de assinatura de contrato ou outro instrumento hábil.

Os documentos exigidos para habilitação serão enviados na forma prevista no edital, quando solicitado pela comissão de contratação, até a conclusão da fase de habilitação.

Spiqueira



Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
Paço Municipal Francisco de Assis Ribeiro
CEP: 36784000 - Estado de Minas Gerais

ANEXO IV - VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE HORAS/ MENSAL	QUANTIDADE HORAS/ 6 MESES	VALOR UNITÁRIO HORA/AULA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (6 MESES)
1	OFICINA DE ZUMBA (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
2	OFICINA DE MÚSICA (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
3	OFICINA DE CORTE E COSTURA (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
5	OFICINA DE BALLET	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
4	OFICINA DE KARATÊ (CRAS)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
5	OFINA DE CAPOEIRA (CULTURA)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
6	OFICINA DE CIRCO (CULTURA)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
7	OFICINA INSTRUMENTO DE SOPRO E FANFARA (CULTURA)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00
8	OFICINA JIU-JITSU (ESPORTE)	30	180	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00	R\$ 9.108,00

[Handwritten signature]
Epigênia